

Endividamento dos estados já tem limites

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou, ontem, os limites de comprometimento das receitas líquidas dos estados, municípios e Distrito Federal para os contratos de rolagem das suas dívidas externa e interna, negociados com a União. O substitutivo do relator, senador Ronan Tito (PMDB-MG), que será votado pelo plenário, fixa um nível de comprometimento de nove por cento, para o atual exercício, e de 11 por cento para os anos seguintes. O senador acredita, com base em estudos do Banco Central, que as dívidas deverão ser amortizadas entre 21 e 22 anos.

O relator comentou que alguns estados, especialmente o Rio Grande do Sul, pleiteavam um comprometimento de apenas sete por cento, enquanto o Ministério da Fazenda defendia um índice de 12 por cento. Com base nos percentuais aprovados, os estados e municípios vão destinar ao Governo Federal, neste ano, 1,015 bilhão, de um total devido em torno de 55 bilhões de dólares até janeiro de 1993.

O presidente da Comissão, senador João Rocha (PFL-TO), comentou que os limites de nove e 11 por cento surgiram após intenso debate entre os senadores, representantes dos governadores, do Ministério da Fazenda e do Banco Central. Ele acrescentou que o substitutivo também fixa parâmetros de endividamento para os atuais governadores, de modo a impedir que eles assumam dívidas que fiquem para seus sucessores.

Esforço — Do total da dívida de 55 bilhões de dólares contratada até janeiro do ano passado, destacam-se como os maiores devedores os estados de São Paulo, com 17,93 bilhões de dólares, Rio de Janeiro, com 6,19 bilhões de dólares; Minas Gerais, com 6,06 bilhões de dólares; Rio Grande do Sul, com 4,32 bilhões de dólares; Bahia, com 2,37 bilhões de dólares e Paraná, com 2,05 bilhões de dólares.

Com os índices propostos, João Rocha acredita que ninguém deixará de honrar os termos do acordo da rolagem da dívida, apesar de alguns governadores, como Alceu Collares (RS), terem sustentado a proposta de um limite de comprometimento bem mais baixo, em torno de sete por cento das receitas líquidas estaduais, para todo o prazo da rolagem.